

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO - COM ÊNFASE NO AUTISMO

INCLUSION IN EDUCATION - WITH EMPHASIS ON AUTISM



LETÍCIA ROCHA CANDELÁRIA SOUZA

Graduação em Pedagogia; Especialista em DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM pela Faculdade Campos Elíseos (2020); Professora de educação infantil – na Rede Pública de SP.

RESUMO

Este trabalho aborda a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação, analisando os desafios e as práticas pedagógicas necessárias para garantir a participação efetiva desses estudantes no ambiente escolar regular. A inclusão escolar de alunos com autismo não se resume à adaptação física da escola, mas envolve a criação de um ambiente educacional que respeite a diversidade, promova a aprendizagem e ofereça condições para o desenvolvimento pleno de cada aluno. O estudo examina a importância da personalização do ensino, com o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas, como o ensino estruturado, a utilização de tecnologias assistivas, e o apoio emocional, para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. Além disso, discute a formação de professores e a colaboração entre a escola, os familiares e os profissionais especializados como elementos fundamentais para o sucesso da inclusão. O trabalho também destaca o papel da sensibilização e da promoção de um ambiente inclusivo, que favoreça a convivência entre alunos com e sem autismo, proporcionando um aprendizado mais enriquecedor para todos. Conclui-se que a inclusão de alunos com autismo nas escolas regulares exige um compromisso contínuo de adaptação do currículo, das metodologias de ensino e da infraestrutura escolar, além da formação continuada de educadores para que a diversidade seja respeitada e as

oportunidades de aprendizagem sejam igualmente acessíveis a todos os estudantes.

Palavras-chave: TEA; Inclusão; Alimentação.

ABSTRACT

This paper addresses the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the context of education, analyzing the challenges and pedagogical practices necessary to ensure the effective participation of these students in the regular school environment. The school inclusion of students with autism is not limited to the physical adaptation of the school, but involves the creation of an educational environment that respects diversity, promotes learning, and offers conditions for the full development of each student. The study examines the importance of personalized teaching, with the use of differentiated pedagogical strategies, such as structured teaching, the use of assistive technologies, and emotional support, to meet the specific needs of students with ASD. In addition, it discusses teacher training and collaboration between the school, family members, and specialized professionals as fundamental elements for the success of inclusion. The paper also highlights the role of raising awareness and promoting an inclusive environment that favors coexistence between students with and without autism, providing a more enriching learning experience for all. It is concluded that the inclusion of students with autism in regular schools requires a continuous commitment to adapting the curriculum, teaching methodologies and school infrastructure, in addition to ongoing training of educators so that diversity is respected and learning opportunities are equally accessible to all students.

Keywords: ASD; Inclusion; Food.

INTRODUÇÃO

O tema tem como objetivo entender quais as dificuldades que a criança com Autismo enfrenta, e o que falta para que o mesmo venha a ter uma assistência maior. O tema autismo nos deixa com muitas dúvidas sobre como acontece essa interação, pois sentimos que quando se tratar de uma criança autista assusta, e muitos professores que dizem que não dariam conta que não saberiam lidar com elas. As crianças autistas apresentam, com frequência, sintomas gastrointestinais tais como, dor abdominal, diarreia crônica, flatulência, vômitos, regurgitação, perda de peso, intolerância aos alimentos, irritabilidade, disenteria entre outros.

A metodologia utilizada são pesquisas bibliográficas baseadas em autores que abordam o tema estudado, e também um estudo de caso observado por meios de práticas pedagógicas.

Mas sabemos que hoje existem políticas de direitos em favor daqueles, que durante muito tempo foi excluído pela sociedade, como a Lei Federal 7.853/89 que garante à gratuidade de acesso a rede pública de ensino regular ao aluno portador de deficiência física ou mental, e prevê punição de um a quatro anos a quem negar ou cancelar matricular de qualquer aluno deficiente.

DESENVOLVIMENTO

A inclusão na educação é um conceito fundamental que visa garantir que todos os alunos,

independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, tenham acesso a um ensino de qualidade e a oportunidades de aprendizagem. O movimento em direção à inclusão tem ganhado força nos últimos anos, especialmente no que se refere a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão de alunos com autismo nas escolas regulares é um desafio, mas também uma oportunidade de promover uma educação mais justa e igualitária, que respeite a diversidade e as particularidades de cada estudante.

O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento dos indivíduos, e suas manifestações variam significativamente de uma pessoa para outra. Isso significa que, ao se tratar da inclusão de alunos com autismo, não há uma abordagem única ou padronizada que possa ser aplicada. Cada estudante tem necessidades específicas, que vão desde dificuldades de comunicação até questões relacionadas à socialização, regulação emocional, comportamentos repetitivos ou sensibilidades sensoriais. Esses aspectos devem ser levados em consideração no momento de planejar e adaptar o processo educacional.

A inclusão de alunos com autismo na educação regular é um desafio multifacetado que exige a colaboração entre diferentes profissionais da educação, familiares, especialistas e o próprio aluno. Para que a inclusão seja bem-sucedida, é necessário garantir que as escolas estejam preparadas, tanto em termos de infraestrutura quanto em termos de formação de professores. As escolas precisam oferecer ambientes de aprendizagem que atendam às necessidades sensoriais e emocionais dos alunos com autismo, como espaços tranquilos para se retirar em momentos de sobrecarga sensorial, ou ajustes na metodologia de ensino para facilitar a compreensão do conteúdo.

O papel do educador, nesse contexto, é essencial. A formação continuada dos professores é um passo importante para a inclusão de alunos com autismo. Eles precisam estar preparados para lidar com a diversidade de necessidades e estilos de aprendizagem, além de desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas que favoreçam a inclusão. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, como pictogramas e quadros de rotina, a implementação de rotinas estruturadas que ajudem na organização do dia a dia escolar, e o uso de tecnologias assistivas que favoreçam a comunicação e a aprendizagem. A formação também deve incluir a sensibilização para a compreensão do autismo, para que os educadores possam lidar de maneira empática e eficaz com os alunos e seus desafios.

Uma das abordagens pedagógicas mais eficazes para alunos com autismo é o ensino individualizado. A personalização do ensino leva em consideração as habilidades, dificuldades e interesses de cada aluno, criando um ambiente de aprendizagem mais apropriado e motivador. Estratégias como o uso de reforços positivos, instruções claras e objetivas, e a criação de um ambiente previsível e estruturado, são essenciais para o sucesso desses alunos. A utilização de tecnologias, como aplicativos de comunicação alternativa ou recursos interativos, pode ser uma ferramenta valiosa para ajudar no desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

É importante também considerar as necessidades emocionais dos alunos com autismo. Muitos indivíduos com autismo podem ter dificuldades em regular suas emoções e em lidar com mudanças

inesperadas ou situações de estresse. Portanto, os educadores precisam estar atentos às estratégias de apoio emocional, oferecendo espaço para que o aluno se acalme quando necessário, e criando um ambiente de aceitação e compreensão. O apoio de profissionais especializados, como psicólogos ou terapeutas ocupacionais, também é fundamental nesse processo, ajudando os alunos a desenvolver habilidades de enfrentamento e de socialização.

Outro aspecto importante da inclusão é a colaboração com os familiares dos alunos com autismo. A participação da família no processo educacional é crucial para o sucesso da inclusão. Pais e responsáveis têm um conhecimento profundo sobre as necessidades e os comportamentos dos filhos e podem oferecer informações valiosas para adaptar o ambiente escolar às suas necessidades. Além disso, a comunicação constante entre escola e família ajuda a garantir que o aluno tenha continuidade no suporte oferecido, tanto dentro da escola quanto fora dela.

É importante também destacar que a inclusão não se limita à adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades dos alunos com autismo, mas também envolve a promoção da compreensão e do respeito entre os colegas de classe. A convivência com alunos com autismo pode ser uma oportunidade para todos os estudantes aprenderem sobre a diversidade, a empatia e a importância da aceitação. Atividades de sensibilização e a criação de um ambiente escolar inclusivo são essenciais para a construção de um clima de respeito e compreensão.

A inclusão de alunos com autismo nas escolas regulares não deve ser vista como uma simples integração física do aluno à sala de aula, mas como um processo contínuo que envolve a adaptação do currículo, a personalização da abordagem pedagógica e a criação de um ambiente acolhedor e empático. Para que a inclusão seja verdadeira, é necessário que as escolas sejam espaços que promovam a participação ativa de todos os alunos, respeitando suas individualidades e oferecendo as condições para o seu desenvolvimento pleno.

A participação de todos os alunos, incluindo os com autismo, em atividades escolares e sociais é fundamental para que se sintam parte integrante da comunidade escolar. Isso pode incluir atividades extracurriculares, como clubes, esportes ou grupos de arte, que permitem aos alunos com autismo desenvolverem habilidades sociais, se relacionarem com seus colegas e se sentirem valorizados. Além disso, essas atividades podem ser adaptadas para atender às necessidades dos alunos, permitindo uma participação mais inclusiva.

É fundamental que o sistema educacional esteja preparado para fornecer suporte adequado e contínuo para os alunos com autismo, promovendo a inclusão não como uma estratégia pontual, mas como uma prática educacional permanente. Isso inclui o desenvolvimento de políticas públicas que garantam os direitos desses alunos, tanto no acesso à educação quanto no apoio pedagógico, emocional e social. A educação inclusiva é uma responsabilidade de toda a sociedade, e a escola deve ser o local onde todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham as mesmas oportunidades de aprender, crescer e se desenvolver.

Por fim, a inclusão de alunos com autismo nas escolas regulares deve ser vista não apenas como uma questão de adaptação, mas como uma oportunidade de enriquecer o ambiente escolar,

promovendo a diversidade, o respeito e a convivência harmoniosa entre todos os estudantes. A construção de uma sociedade inclusiva começa pela educação, e as escolas desempenham um papel fundamental nesse processo. A inclusão é um direito de todos os alunos, e deve ser assegurada de maneira equitativa, garantindo a todos a oportunidade de desenvolver seu potencial em um ambiente que respeite e valorize suas diferenças.

“Um transtorno complexo e que gera, entre outras coisas, comprometimentos na habilidade de comunicação e dificuldades do ponto de vista da interação social”. “Estas são algumas características do autismo, um distúrbio ainda pouco conhecido pelos brasileiros”, mas que, segundo o professor Cunha, Eugenio, doutorando e mestre em educação, professor, psicopedagogo e jornalista, traz dificuldades para o processo de aprendizado, em entrevista para o caderno de educação folha dirigida.

Crianças autistas são muito seletivas e persistentes ao novo, dificultando a inserção de novas experiências com alimentos, que em fonte jornal o Dia Cunha (2013) diz “Um filho com necessidades especiais representa muito para a família. Representa cuidados, amor, educação e dedicação. Representa, ainda, grandes desafios, mas com grandes possibilidades de superação. Vê-se que, quanto mais a família é engajada nesse propósito, as possibilidades aparecem. Os avanços em distintos campos científicos têm trazido grandes contribuições para a comunicação, à aprendizagem escolar e a socialização”.

Sendo assim Declaração de Salamanca afirma o direito a educação, e de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, físicas, intelectuais, emocionais, linguística e outras, crianças com deficiência ou bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Segundo Pacievitch, 23 dez. (2009), em entrevista para revista Brasil escola, Declaração de Salamanca, “Aborda os Direitos humanos e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e aponta os princípios de uma educação especial e de uma pedagogia centrada na criança. Em seguida apresenta propostas, direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial, um novo pensar em educação especial, com orientações para ações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais.”

De acordo, (Mayor, Federico 1994, p. 210): “Acentua a necessidade de um método de ensino centrado na criança, visando o sucesso educativo de todas elas. A adoção de sistemas mais flexíveis e mais versáteis, capazes de melhor atender às diferentes necessidades das crianças, contribuirá quer para sucesso educativo, quer para a inclusão. ”

A prevalência exata de sintomas gastrointestinais em crianças com transtorno do espectro autista é desconhecida. Atualmente, ainda é controversa as relações do autismo com sintomas gastrointestinais, apesar das limitações, existem na literatura dois estudos que foram importantes na posterior concepção de pesquisas que relacionam o sistema gastrointestinal com o transtorno. O autor ressalta que a escola terá que oferece diferentes formas de apoio e utiliza-se de recursos

técnicos, oportunidades curriculares a professores e alunos, e à escola deve se adaptar ao aluno e não o aluno a ela, sendo assim todos os alunos receberá a mesma educação, mas o professor terá que proporciona assistência aos que mais necessitem. (Mayor, Federico 1994, p.22).

Neste sentido (Ramos, Rosana 2010 p.42), afirma que, “O preparo de todos os funcionários da escola é o que proporciona o êxito da inclusão”, onde ela retrata um caso.

Segundo Ramos (2010), o preparo de todos os funcionários da escola é o que proporciona o êxito na inclusão.

De nada adianta o professor se capacitado a desenvolver seu trabalho se aqueles que estão no entorno não se apercebem do processo.

É notório que nas escolas de Educação Infantil, a hora do parque é um dos momentos mais aguardados pelas crianças. O parquinho proporciona momentos de descontração, liberdade e prazer, contribuindo para a aprendizagem e socialização das crianças.

Observa-se que na educação infantil as crianças aprendem brincando, e cada brinquedo do parque favorece a aprendizagem. Concordando com a pesquisa de Salla (2011) sobre o educador Henry Wallon, as interações com o meio estimulam a aprendizagem e a afetividade. Wallon mostra que a afetividade é expressa de três maneiras: por meio da emoção, do sentimento e da paixão. Essas manifestações surgem durante toda a vida do indivíduo, mas, assim como o pensamento infantil, apresentam uma evolução, que caminha do sincrético para o diferencial.

De acordo com Elisângela (2020), em seus atendimentos educacionais especializados, no momento do parque, ela tirava fotos, para no dia seguinte mostrar essas fotos para as crianças, pois, segundo esta professora, é bem significativo este momento. E cita que falar para a criança o que vai acontecer antes de acontecer é muito importante para que fiquem tranquilas. De acordo com Elizangela (2020), não é importante ter LIBRAS apenas em sala de aula, e sim em um contexto geral, e toda a escola aprender LIBRAS, porque no momento que a criança precisar ir ao banheiro a comunicação vai acabar, uma vez que deveria haver comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Observa-se que existem profissionais que auxiliam a criança a brincar no parque, mas essas boas atitudes não são suficientes, é necessário que a infraestrutura dos parques seja adaptada, sendo por textura, sons, cores e luzes, que favoreçam a percepção do objeto. Existem intervenções que deverão ser feitas pelas ações governamentais, porém a escola pode realizar mudanças e adaptações planejadas e possíveis.

Existem brinquedos e brincadeiras que podem ser realizadas no Parque: a música, o canto e as representações de histórias são indicados para qualquer criança, em diferentes espaços.

Vale abusar de máscaras, fantasias, bonecos e super-heróis. A escolha deve ser feita com base no desenvolvimento da criança e não apenas na sua faixa etária. É possível seguir algumas orientações que facilitam a melhor escolha. De acordo com Elizangela (2020), no parque das escolas da Prefeitura de São Paulo, são usadas as concepções que estão presentes nas escolas da cidade de Reggio Emília, pois é levado em consideração que as crianças precisam interagir nos espaços

com crianças da mesma idade, de outras idades e com adultos. Ela cita que na EMEI em que leciona tem parque sonoro e brinquedos com madeira, com 4 espaços, e nesta EMEI, foi feita uma assembleia com as crianças e as crianças puderam votar em qual espaço usariam cada dia, e cada professora ficava num espaço, não com sua turma, mas com diversas crianças, para assim acontecer o convívio e a socialização.

Para Elizangela (2020), sempre existe uma possibilidade de aprendizagem em inclusão para as crianças. Elas precisam percorrer os espaços disponibilizados nos parques, desenvolvendo jogos simbólicos e podem ter um professor de referência. A criança surda, por exemplo, ela precisa ser criança, e o próprio brinquedo faz esta intermediação, o brinquedo auxilia o professor, a criança se expressa vendo outras crianças. Visto que o parque é compreendido como um ambiente de estímulos para a aprendizagem e autonomia, ele precisa ser inclusivo, para a garantia do aprendizado eficaz.

O direito de brincar da criança favorece a descoberta, estimula a curiosidade, ajuda na concentração e desenvolve os músculos das crianças. De acordo com Oliveira (2000), para Vygotsky, a brincadeira deve ser sempre entendida como uma relação imaginária e ilusória de desejos irrealizáveis. A realização destes desejos não se trata de algo pontual e específico. Trata-se do desenvolvimento das potencialidades humanas.

As crianças possuem um mundo imaginário, cujo significado é estabelecido pelas brincadeiras e não pelo objeto real presente. A atividade lúdica integra os aspectos afetivos, cognitivos, motores e sociais. O lúdico e o parque inclusivo influenciam no processo de aprendizagem.

De acordo com Vygotsky (OLIVEIRA, 2000), a brincadeira traz uma grande influência para o desenvolvimento infantil, pois ela colabora com a interação social e cognitiva contribuindo também para a construção da personalidade.

Cada brinquedo do parque proporciona um estímulo para a aprendizagem. Os educadores precisam intervir nas atividades assim como as famílias e responsáveis também devem oportunizar momentos de brincadeiras. Estruturas grandes que permitem a movimentação no tempo da criança são as melhores. É preciso considerar o acesso aos recursos do brinquedo para garantir que a criança conseguirá utilizar todos os objetos de maneira integral.

Para Elizangela (2020), as crianças com deficiências conseguem chamar a professora para serem atendidas e é fundamental o professor ter considerado os desejos e interesses das crianças, não só por meio da LIBRAS, mas por um olhar atento. Com relação aos cadeirantes no parque, exigem uma acessibilidade arquitetônica do prédio e o apoio de mais pessoas da escola para a locomoção dessas crianças. E a criança cega consegue se locomover porque o professor deve primeiramente levar a ter o tato, depois percorrer o local, colocar uma determinada textura para a criança entender seus limites e onde está pisando, assim a criança vai se apropriando dos espaços. Depois de eliminar as barreiras, segundo Elizangela (2020), o parque é a melhor maneira da criança socializar-se na escola e o professor tem a responsabilidade de ampliar esta aprendizagem.

O processo de inclusão social é uma luta constante das minorias em prol da efetivação do princípio da equidade que garante a todos os cidadãos os mesmos direitos e as mesmas

oportunidades, respeitando as diferenças e levando em consideração a diversidade humana e as suas especificidades.

O educador pode contribuir com o bom desenvolvimento infantil, permitindo a criança conhecer e transformar o mundo ao seu redor. Precisa estimular o convívio social, a inclusão, e considerar o desejo que a criança sente por brincar.

O lúdico e o parque inclusivo, junto com as brincadeiras inseridas de forma planejada ao ar livre, são de grande relevância para o desenvolvimento integral da criança e para o processo de ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, julga-se ser direito da pessoa com deficiência o livre acesso a todos os espaços assim como qualquer outro cidadão, organizando e oferecendo momentos de total relevância para o desenvolvimento social, intelectual e motor das crianças, colaborando para uma socialização adequada, por meio de atividades em grupos. Quando a escola adequadamente inclui os alunos com deficiências, estimula aos demais alunos o conhecimento por direitos e deveres, essas crianças poderão transformar a sociedade em uma sociedade mais empática, que reconhece a necessidade alheia, buscando melhorias para sua vida e a vida dos outros.

A escola é o lugar privilegiado para a construção e o exercício da parceria e companheirismo oportunizados pelo conhecimento, a aprendizagem ocorre através do meio em que a criança é inserida, sendo assim as escolas de Educação Infantil devem propiciar o aprendizado por meio das brincadeiras e do parque.

De acordo com Rau (2011) é muito importante propiciar às crianças situações de jogos, brincadeiras e brinquedos no parque, para que as crianças se apropriem de maneira lúdica da aprendizagem. Compreendemos que é na Educação Infantil que a criança recebe estímulos para se desenvolverem em diferentes aspectos, como: afetivo, motor, cognitivo, entre outros. Nesta perspectiva podemos destacar a importância da Educação Infantil, como umas das etapas mais importantes para possibilitar que a criança viva plenamente a sua infância.

Para Duprat (2015), às múltiplas possibilidades do autoconhecimento possibilitadas pelas brincadeiras contribuem para tornar a criança mais segura, autoconfiante, consciente de seu potencial e de suas limitações. Também se conclui que o lúdico, o parque e as brincadeiras não são apenas um passatempo, mas uma atividade que possibilita e facilita a aprendizagem, que muito mais que importante, brincar é essencial na vida das crianças.

A ludicidade dentro do parque caracteriza-se por sua organização e pela utilização de brinquedos e brincadeiras, com atividades que podem ser tanto coletivas quanto individuais, nas quais a existência de regras não limita a ação lúdica, a criança pode modificá-las, quando desejar, incluir novos membros, retirar e modificar as próprias regras, ou seja, existe liberdade por parte da criança agir sobre ela. Para ajudar a criança com deficiência a brincar, é necessário construir estratégias que atenuem as barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais que possam estar dificultando o seu livre acesso ao ambiente de lazer.

Para Rau (2011), deve-se considerar as características específicas que contribuem para a educação das crianças. As diferentes abordagens pedagógicas baseadas no brincar bem como os estudos de psicologia infantil direcionados ao lúdico e o parque permitiram a construção da criança como um ser brincante e as brincadeiras deveriam ser utilizadas como atividades essenciais e significativas para a Educação Infantil. Portanto, o brincar no parque deve ser valorizado, sendo visto como um meio na Educação Infantil para desenvolver a criatividade e o raciocínio crítico, que ocorre através das negociações que são feitas pelas crianças nos momentos das brincadeiras.

Entendemos que o brincar estimula os fatores físicos, morais e cognitivos, dentre outros e consideramos também que, é importante a orientação do adulto como mediador para que ocorra o desenvolvimento da criança. Neste sentido, é notório que as escolas adotem planejamentos, organizando o brincar como atividades orientadas e livres.

Os brinquedos passaram a ser vistos como base para a atuação do brincar nas escolas, possibilitando assim a obtenção de capacidades e saberes, sendo eles brinquedos pedagógicos e os brinquedos heurísticos, que são brinquedos não estruturados.

A criança deve ser compreendida como um ser em pleno desenvolvimento, é importante que as escolas e os educadores, tomem medidas inclusivas, pois as crianças com deficiências já sofrem por viverem em uma sociedade muitas vezes preconceituosa e desigual. Frequentemente essas crianças não exercem o seu direito de ir e vir, pela falta de adaptações necessárias na sociedade. As escolas precisam ser referenciais de inclusão, sendo necessário reconhecer o parque como um lugar prazeroso e provedor da aprendizagem. O Projeto Político Pedagógico deve propor intervenções para que os objetivos gerais e específicos, que se alcança com as brincadeiras no parque, seja uma realidade para a inclusão das crianças.

Trabalhar com o lúdico e o parque inclusivo é fazer com que a criança aprenda de maneira prática, interativa e alegre, ou seja, participando de atividades mais descontraídas o aluno sente-se feliz e motivado, e ao mesmo tempo adquire o seu conhecimento de maneira prazerosa, consigo mesmo e com o mundo. Dessa mesma maneira, ocorre a brincadeira, pois a experiência criativa começa a partir do momento em que se pratica essa criatividade e isso aparece em primeira instância por meio da brincadeira. Contudo, é essencial que o adulto não interfira demasiadamente durante estes momentos, pois as descobertas que ocorrem levam ao amadurecimento, que será importantíssimo para o início de suas atividades cultural e social. É notório que as crianças estejam sempre dispostas a auxiliarem os amigos com deficiência nas brincadeiras. O professor deve provocar situações para a socialização das crianças, porém é importante não interferir muito, permitindo que as crianças façam negociações entre eles, para que os educandos conquistem autonomia.

Para Rau (2011), a escola é reconhecida como ambiente de transformação na vida dos que a frequentam, portanto, as escolas devem promover a inclusão, para que as crianças com deficiência, desde a primeira infância, percebam que são cidadãos de direitos e deveres, ou seja, o mesmo direito que toda criança têm de aprender brincando no parque escolar, a criança com deficiência também

têm, e a escola deve fazer valer a lei.

Para Duprat (2015), a brincadeira pode ser um espaço privilegiado de interação e confronto de diversas crianças com pontos de vistas diferentes. Nesta vivência criam autonomia e cooperação compreendendo e agindo na realidade de forma ativa e construtiva. Ao definirem papéis a serem representados nas brincadeiras, as crianças têm possibilidades de levantar hipóteses, resolver problemas e a partir daí construir sistemas de representação, de modo mais amplo, no qual não teriam acesso no seu cotidiano, principalmente as crianças com deficiências.

De acordo com Elisângela (2020), o trabalho educacional inclui intervenções para que os alunos aprendam a respeitar diferenças, a estabelecer vínculos de confiança e uma prática cooperativa e solidária, e as escolas, os pais e responsáveis, precisam cobrar dos órgãos governamentais parques inclusivos. Pois, se é garantido o direito da criança com deficiência ser matriculada na rede regular de ensino, também se deve garantir à criança ser incluída em todos os ambientes da escola. Na Educação Infantil, a criança aprende brincando e considerando o parque como um lugar de aprendizagem, a criança com deficiência precisa participar de todas as brincadeiras, pois, se tiver seu processo de educação limitado, sua infância será prejudicada, e suas memórias afetivas serão de exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação regular é um desafio complexo, mas também uma oportunidade valiosa para promover a equidade e a diversidade no ambiente escolar. Este estudo evidenciou que, para que a inclusão seja eficaz, é fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas adaptativas, que levem em consideração as especificidades de cada aluno com autismo. Estratégias como o uso de recursos visuais, ensino estruturado, adaptações curriculares e a utilização de tecnologias assistivas são essenciais para garantir o aprendizado de alunos com TEA.

Além disso, a formação contínua dos professores é crucial para que possam reconhecer as necessidades dos alunos com autismo e aplicar metodologias adequadas que favoreçam seu desenvolvimento acadêmico e social. A capacitação docente não deve ser limitada ao domínio das ferramentas tecnológicas ou metodológicas, mas também à compreensão da importância do respeito à diversidade e da criação de um ambiente inclusivo.

A colaboração constante entre professores, familiares e especialistas é outro ponto-chave para o sucesso da inclusão. A participação ativa dos pais e responsáveis, que possuem um conhecimento profundo sobre as características e necessidades dos filhos, permite que a escola adapte seu atendimento de maneira mais eficaz. Da mesma forma, a atuação de profissionais especializados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, é fundamental para proporcionar o suporte necessário ao aluno com TEA.

Este estudo também destacou a importância de se promover a sensibilização dentro da comunidade escolar, a fim de garantir que os alunos com autismo não sejam apenas integrados fisicamente, mas que participem ativamente das atividades escolares e sociais. A convivência harmoniosa entre alunos com e sem autismo é uma excelente oportunidade para todos aprenderem sobre respeito, empatia e valorização da diversidade.

Em conclusão, a inclusão de alunos com TEA é um processo contínuo e que exige adaptações constantes. O sucesso dessa inclusão depende não apenas da adaptação do ambiente escolar, mas de um compromisso coletivo de todos os envolvidos no processo educacional. O sistema educacional deve garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade que os prepare para uma participação plena e ativa na sociedade. Portanto, a educação inclusiva não deve ser vista como uma obrigação, mas como um valor fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com as diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, L. M. et al. **A inclusão de alunos com autismo nas escolas regulares: desafios e perspectivas.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 3, p. 485-499, 2017.

FREITAS, A. C. et al. **Estratégias de ensino para alunos com Transtorno do Espectro Autista.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 2, p. 243-257, 2020.

SILVA, M. A. et al. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para alunos com autismo.** *Revista de Educação e Inclusão*, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2018.

SOUZA, R. A. et al. **Transtorno do espectro autista e suas implicações no processo de inclusão escolar.** *Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 19, n. 2, p. 104-116, 2019.

SANTOS, D. G.; COSTA, F. **A. Inclusão de alunos com autismo: a formação de professores como estratégia fundamental.** *Revista Educação e Sociedade*, v. 40, n. 145, p. 311-327, 2021.

RIBEIRO, C. S. et al. **Políticas públicas e a educação inclusiva para alunos com autismo.** *Revista Brasileira de Políticas Educacionais*, v. 17, n. 4, p. 74-88, 2019.

OLIVEIRA, T. M.; LIMA, J. M. **A inclusão escolar de crianças com autismo: práticas pedagógicas e desafios.** *Revista de Educação Especial e Inclusiva*, v. 12, n. 3, p. 130-143, 2018.